

Coluna do Castello

Para Sarney ainda é bom o fusível

O deputado João Hermann não esquece o que ouviu do presidente Alfonsín, quando da sua visita ao Brasil. O presidencialismo ainda é, para o chefe do governo argentino, o regime adequado para países como o dele e o nosso. No parlamentarismo, esclareceu, quando se monta um ministério, cria-se uma caixa de força. No presidencialismo montam-se alguns fusíveis. Se um deles queima, é só retirá-lo e substituí-lo.

O representante do PMDB, agora vice-líder da bancada, não se estende sobre o mérito da questão, limitando-se a observar que o presidente José Sarney insiste em não substituir o fusível com defeito. Refere-se ele ao ministro da Fazenda, a cuja política faz restrições como tantos do seu partido. Mas o presidente não o substitui por estar convencido de que o fusível não queimou, continua a prestar serviços e a ele se deve, no essencial, o êxito do seu governo, que agora enfrenta uma crise a ser ainda resolvida segundo os pressupostos que redundaram no Cruzado I.

Como se sabe, a equipe que elaborou esse plano, que visava basicamente a conter a inflação, já não está no governo. A equipe com a qual conta o ministro Funaro é a que o acompanha há muito tempo, antes e depois do Plano Cruzado I, no qual teve uma interferência reduzida, embora agisse com toda a desenvoltura no Cruzado II. Esses assessores terão sua primeira oportunidade de êxito na elaboração das medidas que, sob o comando direto do seu ministro e já posta de lado a opinião dissidente do ministro João Sayad, deverão ser proximamente ditas pelo presidente.

O presidente vincula o momento de afirmação do seu governo ao ministro da Fazenda, cuja nomeação lhe propiciou a ruptura com o sistema montado por Tancredo Neves e lhe deu meios de empossar-se efetivamente no governo, ousando no plano econômico, cuja situação era muito mais crítica em fevereiro de 1986 do que agora. O governador José Aparecido, interpretando o pensamento do presidente, aliás já conhecido, disse em Belo Horizonte que já não há muita margem de erro. Procura-se, pelo contrário, uma margem de acerto.

Referia-se ele à convicção presidencial de que o Plano Cruzado lhe deu meios de governar mediante uma decisão de coragem que iria ampliar a faixa de consumo dos brasileiros, aquecer a economia, praticamente eliminar o desemprego, ao mesmo tempo que se dava um grande passo na institucionalização democrática, mediante a convocação e a eleição de uma assembléia

nacional Constituinte. O governador de Brasília admite que tenha havido deliberada decisão de não adotar em julho medidas preconizadas pelos economistas responsáveis pela idéia da desindexação e do choque heterodoxo simplesmente porque havia uma eleição na qual deveria ser utilizado o extraordinário potencial de popularidade conquistado pelo presidente. Esse seria legítimo, na medida em que permitiu o avanço da democratização.

Rejeita-se assim na área governamental a crítica de que o ministro Dilson Funaro e seus assessores inviabilizaram, nos seus objetivos básicos, o Cruzado I, ao aliciarem o presidente para a tese da manutenção do congelamento e para o adiamento de medidas destinadas a impedir a expansão do déficit público. Se houve erro, teria sido deliberado e com motivação política legítima. Fica aí o registro para meditação dos que queimaram noites pensando e repensando o Plano Cruzado, cujas linhas gerais o ministro da Fazenda pretende agora aproveitar para nelas montar as medidas corretivas em preparação no seu gabinete.

Alega-se igualmente que, além do ministro da Fazenda, a pressão do PMDB para impedir medidas corretivas foi decisiva para que o presidente deixasse de agir a não ser tardiamente, isto é, depois da eleição e de consagrada a excepcional vitória eleitoral do PMDB, a qual, para o líder Luis Henrique, foi conquistada pelo partido e não pelo plano. Desta vez o PMDB e o PFL (posto à margem até aqui em matéria econômica) examinarão previamente as providências, que têm sido debatidas com o sr. Ulysses Guimarães e às quais provavelmente terá acesso pelo menos o líder recém-eleito da bancada de deputados.

O presidente teria consciência, quando deixou que se ultrapassasse o prazo para retificações, de que a situação sob a qual viveu dias de glória e de popularidade não poderia durar, como está certo agora de que as correções em curso poderão restabelecer um mínimo de estabilidade indispensável para a conclusão do projeto institucional, que se completa com a elaboração da Constituição por uma Constituinte que vai perdendo a veleidade de querer prematuramente apossar-se do governo do país.

Inquietação dos novos